INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH - HOSPITAL SAO VICENTE DE PAULO (CNPJ 23.453.830/0024-66)

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PERÍODO DE 01 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	585.547	208.399
Contas a receber	5	362.767	348.629
Estoques	6	122.967	142.385
Outros créditos		7.381	-
Total do Ativo Circulante		**1.078.662**	**699.413**
Não Circulante			
Imobilizado – Próprio	7	3.001.046	1.577.476
Total do Ativo não Circulante		**3.001.046**	**1.577.476**
Total do Ativo		**4.079.708**	**2.276.889**
PASSIVO E PATRIM. SOCIAL	**Notas**	**2023**	**2022**
Circulante			
Fornecedores	8	160.147	217.351
Obrigações trabalhistas	9	368.665	312.400
Obrigações sociais	10	68.730	59.618
Obrigações fiscais		1.002	985
Outras contas a pagar	11	143.365	6.350
Total do Passivo Circulante		**741.909**	**596.704**
Não Circulante			
Outras obrigações		1.061.219	1.061.219
Partes relacionadas	12	163.631	-
Total do Passivo não Circulante		**1.224.850**	**1.061.219**
Patrimônio Social			
Patrimônio social		618.966	802.929
Superávit (déficit) acumulado		1.493.983	(183.963)
Total do Patrimônio Social		**2.112.949**	**618.966**
Total do Passivo e Patrimônio Social		**4.079.708**	**2.276.889**

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

	Notas	2023	de 01/04 a 31/12/2022
Receitas Operacionais			
Serviços prestados pacientes SUS		3.365.028	1.755.304
Serviços prestados conv. e partic.		1.783.381	1.014.266
(-) Glosas		(48.555)	(315)
Receita Líquida	13	**5.099.854**	**2.769.255**
Custos			
Serviços de terceiros		(1.724.422)	(1.255.553)
Pessoal e encargos		(2.193.128)	(1.563.527)
Materiais e medicamentos		(598.904)	(402.909)
Superávit / (Déficit) Líquido		**583.400**	**(452.734)**
Despesas			
Pessoal e encargos		(548.282)	(390.882)
Impostos, taxas e contribuições		(31.444)	(21.499)
Depreciação/amortização		(136.057)	(55.205)
Despesas gerais e administrativas	14	(211.093)	(114.558)
Superávit/(Déficit) Antes do Res. Financ.		**(343.476)**	**(1.034.878)**
Financeira Líquidas			
Despesas financeiras		(15.717)	(3.507)
Receitas financeiras		9.637	4.289
Déficit antes de Outras Desp. e Receitas		**(349.556)**	**(1.034.096)**
Outras Despesas e Receitas			
Doações e subvenções	15	1.707.665	747.440
Outras receitas e despesas		135.874	102.693
Superávit / (Déficit) do Exercício		**1.493.983**	**(183.963)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO

	Patrimônio Social	Superávit /(Déficit) Acumulado	Total
Saldos em 01 de abril de 2022	-	-	-
Incorporação ao Patrim. Social	802.929	-	802.929
Superávit / (Déficit) do exercício	-	(183.963)	(183.963)
Saldos em 31 de dez. de 2022	**802.929**	**(183.963)**	**618.966**
Incorporação ao Patrim. Social	(183.963)	183.963	-
Superávit do exercício		1.493.983	1.493.983
Saldos em 31 de dez. de 2023	**618.966**	**1.493.983**	**2.112.949**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	de 01/04 a 31/12/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit / (Déficit) do Exercício	**1.493.983**	**(183.963)**
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com o caixa		
Depreciação/Amortização	136.056	300.242
Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado	**1.630.039**	**116.279**
(Aumento) / Redução do Ativo		
Contas a Receber	(14.138)	(348.629)
Estoques	19.418	(142.385)
Outros Créditos	(7.381)	-
Aumento / (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(57.204)	217.351
Obrigações Trabalhistas	56.265	312.400
Obrigações Sociais	9.112	59.618
Obrigações Fiscais	17	985
Outras Contas a Pagar	137.015	6.350
Outros Obrigações	-	1.061.219
Fluxo de Caixa gerado/(consumido) pelas Atividades Operacionais	**1.773.143**	**1.283.188**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Ativo Imobiliz. e Intangível	(1.559.626)	(1.877.718)
Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	-	-
Fluxo de Caixa cons. nas Ativ. de Invest.	**(1.559.626)**	**(1.877.718)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Incorporação ao Patrimônio Social	-	802.929
Partes Relacionadas	163.631	-
Fluxo de Caixa cons. nas Ativ. de Financ.	**163.631**	**802.929**
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**377.148**	**208.399**
Movimentação de caixa e equiv.s de caixa		
No início do exercício	208.399	-
No fim do exercício	585.547	208.399
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	**377,148**	**208,399**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstr. Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a. Objetivos Sociais: O Hospital São Vicente de Paulo - HSVP está localizado na Avenida Um, 544, Bairro Medalha Milagrosa, Campina Verde/MG, CEP: 38.270-000, é uma Instituição de saúde, de caráter privado, filantrópico sem fins lucrativos. Pertence a microrregião de Iturutaba e é classificado como hospital de pequeno porte e de média complexidade. Possui 41 leitos, sendo 27 destinados ao atendimento do SUS e 14 para atendimento particular e convênios. Dispõe de um Corpo Clínico com 19 Médicos, nas especialidades: Clínica Médica, Radiológica, Cirúrgica, Anestésica, Obstétrica, Pediátrica e Ortopédica; e um quadro com 70 funcionários. • Serviços Oferecidos: Exames de Imagem próprios, Raio-x, Mamografia, Eletrocardiograma. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 foi protocolada em 22/11/2023, junto ao Ministério da Saúde o qual se encontra pendente de julgamento. Até a presente data o processo com o pedido de renovação não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, ao estabelecer que "§ 2o: A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: a. Declaração de Conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. b. Aprovação das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 19 de Abril de 2024. **c. Base de Mensuração:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em relação aos centavos, exceto quando indicado de outra forma.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a. Caixa e Equivalentes de Caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b. Estoques**: São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c. Imobilizado: i. Reconhecimento e Mensuração:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **ii. Custos Subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Taxa Anual de Depreciação - %	
Imóveis	4%
Aparelhos Med. e Cir.	10%
Instalações	10%
Instrumentos de Cirurgia	10%
Máquina e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios	10%
Móveis e Utensílios Hosp.	10%
Aparelhos Telefônicos	20%
Eq. Informática	20%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis**: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f. Julgamentos e Estimativas**: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **i. Provisões para Riscos Judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g. Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h. Reconhecimento de Receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2023 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **k. Patrimônio Líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa**: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2023	2022
Caixa em espécie	1.647	5.817
Banco conta movimento	332.188	95.483
Aplicações financeiras de liquidez imediata	251.712	107.099
Total	**585.547**	**208.399**

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER	2023	2022
Contrato prefeitura Campina Verde - SUS	200.502	238.662
Contrato Estado Minas Gerais - SUS	80.195	72.534
Clientes particulares	82.070	37.433
Total	**362.767**	**348.629**

Aging List	2023	2022
A vencer	277.151	312.818
Até 05 dias	17.152	16.162
De 06 a 15 dias	-	-
De 16 a 30 dias	-	-
De 31 a 60 dias	11.530	12.638
De 61 a 90 dias	10.741	6.700
De 91 a 180 dias	12.546	311
De 181 a 360 dias	18.505	-
+ de 360 dias	15.142	-
Total	**362.767**	**348.629**

6. ESTOQUES	2023	2022
Drogas e medicamentos	43.912	34.013
Materiais de uso do paciente	18.888	23.228
Materiais de expediente e impressos	17.676	23.205
Materiais radiológicos/imagens	1.637	20.003
Materiais de lavanderia	4.394	9.889
Almoxarifado	-	9.779
Gêneros alimentícios	4.126	8.939
Limpeza e higienização	8.015	8.195
Material descartável SND	1.268	3.467
Equipamento de proteção individual	4.993	-
Demais materiais	18.058	1.667
Total	**122.967**	**142.385**

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

7. IMOBILIZADO:

	Aparelhos Med. e Cir.	Aparelhos Telefônicos	Eq.Informática	Imóveis	Instalações	Instr. de Cirurgia	Máquina e Equip	Móveis e Utensílios	Móveis e Utens.Hosp.	Obras em andamento	Total
Em 31/12/2022											
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Aquisições	168.625	9.289	183.969	1.061.219	5.950	7.505	205.739	71.705	163.717	-	1.877.718
Depreciação	(94.175)	(2.755)	(94.858)	(27.020)	(701)	(835)	(40.951)	(13.181)	(25.766)	-	(300.242)
Saldo contábil líq.	**74.450**	**6.534**	**89.111**	**1.034.199**	**5.249**	**6.670**	**164.788**	**58.524**	**137.951**	**-**	**1.577.476**
Em 31/12/2023											
Saldo inicial	74.450	6.534	89.111	1.034.199	5.249	6.670	164.788	58.524	137.951	-	1.577.476
Aquisições	-	-	-	16.170	-	-	55.800	8.827	-	1.478.829	1.559.626
Depreciação	(15.262)	(1.858)	(36.513)	(36.410)	(595)	(750)	(20.943)	(7.550)	(16.175)	-	(136.056)
Saldo contábil líq.	**59.188**	**4.676**	**52.598**	**1.013.959**	**4.654**	**5.920**	**199.645**	**59.801**	**121.776**	**1.478.829**	**3.001.046**

O Instituto reconheceu o terreno e o imóvel onde o Hospital concentra suas operações, que fora recebido em doação, conforme o valor venal de R$ 1.061.219 de acordo com a documentação oficial obtida junta à prefeitura de Campina Verde-MG. O hospital possui avaliação com a empresa MGV Assessoria Contábil, que determinou o valor justo do imóvel/terreno na ordem de R$ 6.286.797, não reconhecidos nestas demonstrações financeiras. Em contrapartida ao reconhecimento do imóvel recebido em doação, a Administração reconheceu obrigação por aquisição de imóvel no passivo não circulante, em virtude de processo de transferência de posse do imóvel em cartório e da extinção do CNPJ da antiga mantenedora do Hospital. Este saldo será incorporado ao patrimônio social quando da efetivação do registro no cartório.

8. FORNECEDORES	2023	2022
Materiais e medicamentos	16.973	23.432
Serviços	71.776	45.359
Serviços médicos	27.190	106.724
Diversos	44.208	41.836
Total	**160.147**	**217.351**

9. OBRIGAÇÕES TRABALHIISTAS	2023	2022
Ordenados e salários a pagar	139.088	130.801
Provisão férias	212.682	168.201
Provisões FGTS s/férias	16.895	13.398
Total	**368.665**	**312.400**

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2023	2022
INSS a recolher	17.699	14.242
FGTS a recolher	21.507	17.443
IRRF s/ folha a recolher	29.524	27.933
Total	**68.730**	**59.618**

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR	2023	2022
Adiantamento de clientes	75.222	6.350
Outras contas a pagar	1.819	-
Verba piso salarial da enfermagem (i)	66.324	-
Total	**143.365**	**6.350**

(i) No ano de 2023, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.

12. PARTES RELACIONADAS	2023	2022
Passivo		
UPA SANTA PAULA 24H (UPA PORTE II)	110.559	-
SEDE ADMINISTRATIVA	53.072	-
Total	**163.631**	**-**

13. RECEITA LÍQUIDA	2023	2022
Receita de particulares	264.365	131.229
Receita cartão saúde	1.239.911	812.514
Receitas C/ paciente convênios	230.549	70.208
Contrato - 93/2022 Pref. Campina Verde	498.837	219.513
Contrato Estado Minas Gerais - SUS	1.039.097	434.674
Contrato Coop 003/2022 Pref. Campina Verde	1.827.095	1.101.117
Total	**5.099.854**	**2.769.255**

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2023	2022
Energia elétrica	(94.106)	(30.170)
Viagens e hospedagem	(15.704)	(24.640)
Desp. copa e cozinha	(14.270)	(14.939)
Agua de esgoto	(20.598)	(8.784)
Material de escritório	(3.674)	(7.275)
Bens de pequeno valor	(15)	(6.892)
Manutenção e conservação	(17.958)	(6.268)
Telefone	(6.261)	(2.792)
Dedetização	(2.290)	(2.400)
Outros	(36.217)	(10.398)
Total	**(211.093)**	**(114.558)**

15. DOAÇÕES: Em 2023, o Hospital recebeu R$ 1.707.665 (R$ 747.440 em 2022), sendo R$ 1.629.197 de doações em recursos em espécie por pessoas físicas.

16. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade dever ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2023	2022
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	565.644	407.537
INSS	**565.644**	**407.537**
COFINS	151.978	83.054
COFINS	**151.978**	**83.054**
Total	**717.622**	**490.591**

17. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2023, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata	251.712	107.099
Contas a receber	362.767	348.629
Total ativos financeiros	**614.479**	**455.728**
Fornecedores	160.147	217.351
Total passivos financeiros	**160.147**	**217.351**

19. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros. **i. Riscos de Liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. **ii. Riscos de Crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

Campina Verde - MG, 19 de Abril de 2024.
Edna Gomes Batista - Diretora Executiva - CPF: xxx.842.576-xx
Ediane Pacheco Lemos - Contadora - CRC- SP-324161/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital São Vicente de Paulo. Campina Verde – MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital São Vicente de Paulo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital São Vicente de Paulo, em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2023, sem modificações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de abril de 2024.
PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam
Contador CRC 1SP 331.721/O-6

128 cm -29 1934331 - 1

Documento assinado eletrônicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade, sob o número 320240429203957033.